



Plano de Estudo 2021

Sumário

1. Sobre o IIPE	2
1.1. Área de Formação	3
2. Sobre o Programa Regional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais	5
2.1. Apresentação	5
2.2. Propósito	6
2.3. Objetivos de aprendizagem	6
2.4. Organização	6
3. Estrutura do PRF	8
Curso 1 – Marco geral do planejamento educacional e Agenda 2030	8
Curso 2 – Definição do objeto do planejamento: diferentes temáticas de política educacional	9
Curso 3 – Diagnóstico, análise situacional e formulação de políticas educacionais	10
Curso 4 – Acompanhamento da implementação e avaliação de planos e programas educacionais	11
Trabalho de Conclusão do Programa (TCP)	11
4. Métodos de ensino e aprendizagem	12
5. Formas de avaliação e certificação	12
6. Autoria dos materiais de estudo	13
7. Referências bibliográficas	13

1. Sobre o IIPE

O [Instituto Internacional de Planejamento Educacional \(IIPE\)](#) é uma instituição autônoma e especializada que foi criada em Paris, no ano de 1963, pela **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**, com o mandato de apoiar os Estados-membros no planejamento e gestão dos seus sistemas educacionais. O IIPE tem sua sede principal em Paris, França, e conta com dois escritórios regionais: um em Buenos Aires, Argentina; e outro em Dakar, Senegal.

Em 2015, a comunidade educativa internacional se comprometeu a cumprir os novos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especificamente o **ODS 4** e a **Agenda Educação 2030** das Nações Unidas. A partir dessa ação, a educação é reconhecida como pilar fundamental na busca pela construção de um mundo pacífico e ambientalmente sustentável, assim como pelo fim da pobreza e da desigualdade.

Nesse contexto, o IIPE UNESCO contribui, através do seu mandato, para que os sistemas educacionais do mundo avancem em direção ao objetivo de “garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas” (ODS 4).

As atividades do Instituto seguem as diretrizes da UNESCO, respondendo às necessidades levantadas pelos governos nacionais em torno dos desafios mais relevantes dos seus sistemas educacionais.

O **IIPE UNESCO Buenos Aires, Escritório para a América Latina**, foi fundado em 1998 e, desde então, fornece apoio e assessoria aos países da região para o cumprimento dos seus objetivos nacionais de educação, mediante quatro **linhas de ação**:

- **Formação** de profissionais em planejamento estratégico, gestão e avaliação de políticas educacionais.
- **Cooperação técnica** adaptada às necessidades dos Estados-membros.
- **Pesquisa** voltada à produção de conhecimento que contribua para a tomada de decisões em políticas educacionais.
- **Difusão** de experiências internacionais sobre diversos temas da agenda da educação.

Após mais de duas décadas de presença na região, o IIPE desenvolveu um conhecimento específico sobre os sistemas educacionais dos 19 países da América Latina, o que permite oferecer uma visão



atualizada e contextualizada de temas transcendentais para o planejamento, gestão e avaliação de políticas educacionais.

1.1. Área de Formação

Desde sua fundação, o Escritório para a América Latina do IPE UNESCO trabalha em conjunto com os ministérios da educação para desenvolver capacidades e produzir mudanças nos sistemas educacionais dos países da região. Nesse sentido, o Instituto oferta diversos programas ligados ao planejamento e gestão de políticas públicas, em todos os níveis e modalidades de educação.

Os programas de formação para a América Latina são destinados a pessoas que exercem funções públicas, autoridades, equipes técnicas e profissionais da educação pertencentes aos setores governamental e não governamental. São oferecidos individualmente ou em grupo e nas modalidades presencial, virtual ou mista, de modo que sejam compatíveis com as carreiras profissionais e a realidade dos participantes. Em suma, trata-se de uma oferta formativa com propostas flexíveis e adaptáveis às necessidades de cada contexto.

Atualmente, o IPE UNESCO Buenos Aires conta com três formatos de programas regulares de formação:

- I. **Programa Regional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais (PRF)**, ofertado simultaneamente em espanhol e português, bem como uma adaptação em nível local: o **Programa Nacional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais (PNF)**.
- II. **Programas Virtuais de Formação (PVF)**, com versões em espanhol e português.
- III. **Cursos Virtuais (CV)**, cujo formato foi introduzido pela primeira vez no ano de 2020 e em espanhol.

Além disso, há **programas de formação sob medida**, elaborados de acordo com as necessidades das instituições ou grupos solicitantes.

Oferecido anualmente desde 1997, o [PRF](#) é o espaço de aprendizagem mais tradicional do Escritório para a América Latina do IPE. A formação proporciona, às autoridades e profissionais da educação, uma visão global do planejamento educacional na região sobre as metas do ODS 4 da Agenda 2030 das Nações Unidas.



Em 2020, foi criado o primeiro programa nacional, uma adaptação do PRF situada na realidade e necessidades específicas de um país. O primeiro caso de execução desse formato é o [Programa Nacional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais para a República Argentina \(PNFRA\)](#), cujo programa de estudo inclui temáticas próprias e relevantes para o planejamento e gestão das políticas educacionais no contexto argentino, como por exemplo o caráter federal do Estado, o financiamento da educação, a configuração do sistema educacional do país, sua matriz histórica, entre outras.

Com sua oferta através de um ambiente virtual, os **PVF** são programas de formação que têm o propósito de acompanhar e fortalecer equipes técnicas de ministérios, organismos e agências dedicados à educação na América Latina, para atuarem na formulação, realização e melhoria de projetos, programas e políticas sobre temas atuais da agenda regional da educação. Hoje, existem quatro programas virtuais de formação em espanhol, que são implementados de forma rotativa – a cada ano, um diferente – a partir dos seguintes eixos temáticos: **Políticas Digitais em Educação, Políticas Docentes, Políticas de Avaliação em Educação e Políticas de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP)**. Em português, a oferta se baseia em três eixos temáticos e os programas são adaptados especialmente ao contexto brasileiro: **Políticas Digitais em Educação, Políticas de Avaliação em Educação e Políticas Docentes**.

Em 2020, também foi colocado em prática, pela primeira vez, o formato de **Cursos Virtuais**, iniciando com o **CV de Planejamento Educacional Sensível a Crises**, em espanhol. Trata-se da adaptação de um curso desenvolvido pelo Escritório do IPE em Paris, intitulado “Planejamento educacional para a redução do risco de crises e deslocamentos forçados”. Na proposta adaptada à América Latina, o curso é contextualizado tendo em mente a realidade regional e as configurações dos tipos de crise abordados no original, integrando também outras crises, relacionadas à governabilidade, financiamento, epidemias e pandemias. Em 2021, o objetivo é implementar o curso também em português, para o público lusófono.

Todos os programas da oferta regular de formação são atualizados constantemente, abarcando temas prioritários da agenda da educação, como por exemplo a inclusão educacional e a perspectiva de gênero, em consonância com o ODS 4 e as diretrizes da UNESCO sobre a educação como direito humano fundamental.

Por fim, os [programas de formação sob medida](#) são realizados através de cooperação técnica com países, estados subnacionais e/ou instituições de ensino, buscando promover o desenvolvimento integral das capacidades de equipes técnicas e autoridades, além de consolidar a institucionalidade da educação segundo as necessidades dos Estados-membros. Alguns exemplos de programas



implementados nos últimos anos são os seguintes: planejamento educacional; avaliação e monitoramento de sistemas educacionais; estatística aplicada à educação; sistemas de informação educacional; fortalecimento de políticas da primeira infância; formação em projetos educacionais tecnológicos; e inclusão na educação secundária. Entre os países da região que solicitaram o desenvolvimento de programas de formação sob medida, estão a Argentina, Brasil, Costa Rica, Guatemala, México, República Dominicana, Paraguai, Panamá e Uruguai.

O Escritório para a América Latina do IPE tem capacidade instalada em nível tecnológico, especialmente no que diz respeito à modalidade *B-learning* ou *blended learning* – ao combinar as modalidades virtual e presencial, o que também é conhecido como modalidade mista –, contando com uma plataforma própria desde 2007: o Campus Virtual. Também há atualização e incorporação de novos recursos tecnológicos que potencializam a formação desenvolvida online e a distância, como a possibilidade de transmitir eventos síncronos (*webinars*), realizar videoconferências e gravar videoaulas. Desde 2018, 80% dos programas de formação ocorrem em formato totalmente virtual. Nessa direção, o Instituto acumulou uma ampla experiência e também desenvolveu sua capacidade em processos de tutoria e acompanhamento personalizados, seja em programas completamente online ou programas mistos.

2. Sobre o Programa Regional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais

2.1. Apresentação

O PRF é um espaço formativo realizado anualmente desde a criação do IPE UNESCO, Escritório para a América Latina, que constitui a principal oferta regular de formação do Instituto, com a proposta de aprofundar conhecimento e ampliar a reflexão sobre o planejamento e gestão de políticas públicas para a educação na região.

O Programa tem como público autoridades e profissionais da educação provenientes de diversos países da América Latina, da África Hispânica e de língua portuguesa. Ao longo da sua história, mais de 560 pessoas com esses perfis concluíram o PRF.

Para cumprir seu mandato regional e garantir a representação de todos os países latino-americanos no Programa, anualmente o IPE UNESCO concede uma bolsa integral a cada ministério da educação nacional para cobrir as despesas de um participante.



2.2. Propósito

O propósito geral do PRF é fortalecer as capacidades de planejamento dos participantes e contribuir para a melhoria da gestão dos sistemas educacionais da América Latina, a fim de garantir o direito a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as pessoas (ODS 4).

2.3. Objetivos de aprendizagem

A seguir, apresentam-se os principais objetivos desta formação a serem alcançados pelos participantes:

- *Contextualizar o planejamento educacional na região, tendo em mente as metas do ODS 4 da Agenda 2030 das Nações Unidas.*
- *Identificar os temas prioritários da política educacional na agenda pública mundial*
- *Selecionar e interpretar indicadores da educação, de modo que seja possível ter informações para a tomada de decisões e preparar um diagnóstico do setor educacional.*
- *Formular uma estratégia de intervenção e programar ações concretas de um programa educacional.*
- *Elaborar desenhos avaliativos de propostas de programas educacionais a partir de uma perspectiva integral da avaliação de políticas, como elemento indissociável do planejamento e da gestão.*
- *Analisar o funcionamento das instituições de ensino em relação à viabilidade de implementação de políticas e programas.*

2.4. Organização

A duração do PRF é de 20 semanas, com mais quatro semanas finais para a elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão do Programa (TCP). Para finalizar a formação, prevê-se uma média de 20 horas semanais de dedicação, com carga horária total de 440 horas. A modalidade é 100% online, realizada através do Campus Virtual do IIP UNESCO.

Os representantes oficiais dos países da região também são convidados a participar de um encontro presencial, com duração aproximada de uma semana, que a cada ano acontece em um país diferente da América Latina. O *país anfitrião* acompanha o IIP UNESCO e apoia financeiramente o desenvolvimento do encontro, recebendo também bolsas adicionais para participação no Programa.



Em cumprimento às diretrizes de segurança da UNESCO e de outros organismos das Nações Unidas, o encontro presencial está sujeito a adiamento ou interrupção a depender do contexto regional ou global, como é o caso da crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19.

Cronograma do Programa Regional de Formação			
Cursos	Formato	Duração	Carga horária
Curso 1 – Marco geral do planejamento educacional e Agenda 2030	Virtual	5 semanas	100 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Curso 2 – Definição do objeto do planejamento: diferentes temáticas de política educacional		5 semanas	100 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Curso 3 – Diagnóstico, análise situacional e formulação de políticas educacionais		5 semanas	100 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Curso 4 – Acompanhamento da implementação e avaliação de planos e programas educacionais		5 semanas	100 horas
Elaboração e entrega do TCP		2 semanas	30 horas
Apresentação do TCP		2 semanas	10 horas



3. Estrutura do PRF

Curso 1 – Marco geral do planejamento educacional e Agenda 2030

O primeiro curso desenvolve o marco geral no qual se baseia toda a proposta de formação do PRF. A partir dos compromissos assumidos na Agenda E-2030 e no ODS 4, são apresentadas ferramentas conceituais para um amplo entendimento dos processos educacionais sobre os quais opera o planejamento de políticas na América Latina, levando em conta especialmente o contexto de crise imposto pela pandemia da COVID-19. Neste curso, são expostas as principais tendências de mudança observadas nos processos e sistemas educacionais, identificando, também, os desafios enfrentados pelos sistemas da região. Além disso, são trabalhados referenciais teóricos e esquemas de análise sobre políticas públicas, as principais perspectivas teóricas em torno do planejamento educacional, elementos presentes na configuração dos sistemas contemporâneos, diretrizes gerais para o financiamento da educação, assim como o papel do Estado nos processos de planejamento de políticas, incluindo a perspectiva de gênero nestes últimos. Por fim, é desenvolvido o marco teórico do planejamento estratégico situacional.

Propósito

O propósito geral do curso é apresentar e desenvolver uma visão sobre o planejamento educacional na região, a partir das metas do ODS 4 e da Agenda Educação 2030, delineando os princípios fundamentais do modelo estratégico situacional.

Objetivos de aprendizagem

- Identificar diferentes marcos conceituais e modelos de planejamento de políticas educacionais no mundo todo.
- Contextualizar o planejamento e a gestão da educação no âmbito das diretrizes internacionais em vigor e dos compromissos assumidos a partir do ODS 4 da Agenda 2030.
- Analisar a configuração histórica dos sistemas educacionais modernos do Ocidente, a partir de uma abordagem comparativa.
- Descrever e comparar os sistemas educacionais dos diferentes países, bem como suas principais características.
- Reconhecer os elementos básicos do financiamento da educação para o planejamento de políticas educacionais.



- Compreender as mudanças ocorridas recentemente nas formas de governo e regulação dos sistemas educacionais do mundo, além de identificar desafios e implicações para o planejamento educacional.
- Conhecer os princípios epistemológicos que servem de base para o modelo de planejamento estratégico situacional.

Curso 2 – Definição do objeto do planejamento: diferentes temáticas de política educacional

Neste curso, são trabalhados temas atuais vistos como prioritários para o planejamento de políticas educacionais: Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECPI), acompanhamento das trajetórias e ensino fundamental, educação do campo, educação secundária, Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP), políticas docentes e políticas digitais. Durante o curso, diversos especialistas apresentam experiências nacionais e regionais. O estudo das áreas citadas proporciona diferentes opções para que cada participante defina uma temática específica a ser abordada no seu Trabalho de Conclusão do Programa (TCP).

Propósito

O propósito geral do curso é oferecer uma atualização de conhecimento e debater temas prioritários da agenda da educação, além de fornecer um panorama regional das tendências atuais em torno da formulação de políticas públicas.

Objetivos de aprendizagem

- Identificar e examinar diferentes eixos temáticos da educação que são objeto de planejamento e gestão de políticas educacionais.
- Analisar exemplos de estratégias de intervenção implementadas nos últimos anos para enfrentar os principais desafios da Agenda 2030.
- Reconhecer e aplicar ferramentas conceituais e metodológicas para a análise situacional no processo de formulação e planejamento de políticas educacionais nos níveis nacional e jurisdicional, com vistas à elaboração do TCP.



Curso 3 – Diagnóstico, análise situacional e formulação de políticas educacionais

No terceiro curso, são abordados o momento explicativo do planejamento, sua argumentação com base em informação empírica, além do momento de elaboração da estratégia geral de intervenção e sua programação. Para isso, é feita uma introdução aos Sistemas de Informação para a Gestão da Educação (SIGE), através do modelo CIPP: Contexto – Insumo – Processo – Produto. Sobre o momento de elaboração da estratégia de intervenção, são apresentados instrumentos para a programação das ações que farão parte da proposta de política ou programa educacional, a partir de uma perspectiva intersetorial, reconhecendo sua importância para a formulação de políticas educacionais integrais.

Propósito

O propósito geral do curso é oferecer uma série de ferramentas conceituais e práticas para o exame de informações, análise situacional, formulação de uma estratégia de intervenção e programação de um plano de ação educacional.

Objetivos de aprendizagem

- Aplicar ferramentas de diagnóstico para analisar o funcionamento de sistemas educacionais.
- Utilizar e interpretar indicadores educacionais básicos para a descrição, explicação e análise do funcionamento de aspectos significativos dos sistemas educacionais, incluindo indicadores relacionados às metas do ODS 4 da Agenda 2030 para o planejamento de políticas educacionais.
- Identificar e empregar ferramentas conceituais e metodológicas para a formulação e programação de políticas educacionais nos níveis nacional e/ou subnacional, com vistas à realização do TCP.
- Elaborar uma proposta preliminar de política, programa ou projeto educacional a partir das técnicas e instrumentos de planejamento trabalhados no Programa, para o TCP.



Curso 4 – Acompanhamento da implementação e avaliação de planos e programas educacionais

O último curso é integrador, uma vez que retoma o que foi trabalhado anteriormente e fornece elementos conceituais e ferramentas operacionais para acompanhar a implementação dos planos ou programas educacionais elaborados no TCP. Para isso, recupera-se a visão sobre as instituições de ensino enquanto unidade de análise, em relação às propostas planejadas. Como forma de conclusão, são apresentados instrumentos para o desenho avaliativo dos planos ou programas educacionais em desenvolvimento, com base no pressuposto de que a avaliação constitui parte indissociável dos processos de planejamento e gestão das ações públicas.

Propósito

O propósito geral do curso é oferecer elementos conceituais para analisar o funcionamento das instituições de ensino atuais, no que diz respeito à viabilidade de implementação de políticas educacionais, além de apresentar uma abordagem integral da avaliação como elemento indissociável do planejamento, incluindo elementos para o desenho avaliativo de propostas de programas.

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer e descrever os diversos modelos existentes de gestão de instituições de ensino.
- Identificar os processos e procedimentos da gestão educacional a partir de uma perspectiva macro e micro.
- Vincular a análise institucional de escolas à formulação de políticas em nível nacional/federal e/ou subnacional.
- Elaborar avaliações integrais de políticas e programas educacionais.

Trabalho de Conclusão do Programa (TCP)

Ao final do curso, está previsto um período de quatro semanas para a elaboração, conclusão e entrega do Trabalho de Conclusão de Programa (TCP). O TCP consiste em um exercício de planejamento de uma proposta de política ou programa educacional para um recorte geográfico específico, uma área (rural ou urbana), um nível e/ou uma modalidade educacional de sua escolha. O trabalho inclui o desenvolvimento do diagnóstico ou análise situacional, a apresentação da estratégia a ser implementada e uma programação preliminar.



A entrega do TCP é um requisito para a obtenção do Certificado de Aprovação do programa. Cada participante também tem a possibilidade de apresentar seu TCP em uma mesa de interação virtual com colegas e uma pessoa especialista no assunto, para obter um feedback final sobre a proposta elaborada.

4. Métodos de ensino e aprendizagem

A metodologia do PRF é participativa. Por essa razão, durante o desenvolvimento do Programa, são criados diversos fóruns de debate, intercâmbio e reflexão sob orientação da tutoria acadêmica, além de outras propostas para trabalhar e comparar experiências e trajetórias dos diferentes países da América Latina em matéria de educação.

De forma complementar, a cada semana são fornecidos novos materiais de estudo elaborados por especialistas, juntamente com bibliografia selecionada para o aprofundamento de cada tema.

Paralelamente, além de recursos audiovisuais, são organizados eventos síncronos virtuais que contam com a participação de diferentes atores sociais dos sistemas educacionais, tais como profissionais, autoridades ministeriais, equipes técnicas, representantes da academia e analistas de políticas educacionais. Esses espaços virtuais de encontro representam uma oportunidade para debater, criticamente, os problemas educacionais enfrentados pela região.

5. Formas de avaliação e certificação

Receberão o **Certificado de Aprovação do Programa Regional de Formação** aquelas pessoas que entregarem e forem aprovadas nos trabalhos finais correspondentes aos quatro cursos, além de realizar o envio e apresentação do Trabalho de Conclusão do Programa (TCP). Para informações mais detalhadas sobre a certificação do Programa, sugere-se a leitura do Regulamento do PRF.

Espera-se, também, que os participantes demonstrem envolvimento ativo e comprometimento ao longo do Programa, para promover um intercâmbio constante e possibilitar reflexão em todas as propostas e instâncias de formação a partir de uma perspectiva regional.



6. Autoria dos materiais de estudo

- Felicitas Acosta
- María Rosa Almandoz
- Leandro Bottinelli
- Mariana Clucellas
- Ricardo Cuenca
- Sergio España
- Gladys Kochen
- Néstor López
- Mario Roitter
- Juan Rigal
- Violeta Ruiz
- Félix Sabaté
- Claudio Suasnábar
- Carolina Villanueva

7. Referências bibliográficas

Curso 1

KRAWCZYK, N.; VIEIRA, V. (2006). Homogeneidades e heterogeneidades nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129.

MULLER, P.; SUREL, Y. (2002). *A análise das políticas públicas*. Coleção Desenvolvimento Social. Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

TASSIA, C. *et al.* (2018). *Experiências Internacionais de Financiamento da Educação: aprendizados para o Brasil*. Relatório de política educacional, Brasília, Agosto/18.

DE PAULA E SILVA, J. M. (2001). *Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão*. Instituto de Biotecnologia da Universidade Estadual Paulista - Rio Claro.

SCHÖN, D. (1992). *Formar professores como profissionais reflexivos*.

TEIXEIRA, M. A. (2010). *Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas*. Olhar de Professor 2010 13 (2). Sistema de Información Científica Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal).

Curso 2

Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECPI)

MEC-SEB BRASIL E UNESCO. (2013). *A educação infantil nos países do MERCOSUL: análise comparativa da legislação*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília: MEC/SEB, 132 p.



Educação secundária

KRAWCZYK, N. (2011). Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. In: *Cadernos de Pesquisa*, 41 (144), p. 752-769.

OLIVEIRA, D. A. (2016). As políticas para o ensino médio na realidade brasileira: uma agenda em disputa. In: *Poiésis*. Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, ISSN-e 2179-2534. Unisul, Tubarão, v. 10, n. 17, p. 187 - 198, jan./jun. 2016.

Políticas de formação inicial docente e desenvolvimento profissional

GATTI, B. (2014). Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. In: *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014. Disponível no Campus Virtual do IPE UNESCO Buenos Aires, Escritório para a América Latina.

Educação superior

NEZ, E.; SOUZA, C. W. (2018). A prerrogativa do Direito na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe (CRES) 2018. In: *Revista Educação e Fronteiras*, Dourados/MS, v. 8, n. 23 p. 96-110, maio/ago. 2018

Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP)

NOVELINO BARATO, J. (2011). *Saber do trabalho, aprendizagem situada e ensino técnico*. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 37, nº 3, set./dez. 2011.

Educação do campo

SOUZA, M. A.; MARCOCCIA, P. (2011). Educação do campo, escolas, ruralidades e o projeto do PNE. In: *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 20, n. 36, p. 191-204, jul./dez. 2011.

Políticas digitais

COSTA DAMASCENO, H. L.; BONILLA SILVEIRA, M. H.; COUTINHO PASSOS, M. S. (2012). *Inclusão digital no Proinfo integrado*: perspectivas de uma política governamental.

Políticas de acompanhamento às trajetórias no ensino fundamental

Bibliografia para confirmar

Curso 3

HUERTAS, F. (1996). *O método PES*. Entrevista com Matus. São Paulo: Fundap.

FAJARDO PONTES, L. A. (s.d.). *Indicadores educacionais no Brasil*.



INEP. (2004). *Dicionário de indicadores educacionais*. Brasília: MEC-INEP, p. 23-24.

MEC/INEP. (2004). *Dicionário de indicadores educacionais*. Fórmulas de Cálculo Coordenação-Geral de Sistemas Integrados de Informações Educacionais.

MELLO E SOUZA, A. (2005). A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica: informação e decisões. Artigo publicado no livro *Dimensões da Avaliação Educacional* (MELLO E SOUZA, 2005).

OCDE. (2015). O que está por trás da desigualdade de gênero na educação? *PISA em foco 49*, março 2015.

ARRUDA FERREIRA, R.; MOREIRA TENÓRIO, R. (2010). A construção de indicadores de qualidade no campo de avaliação educacional. In: *Revista Lusófona de Educação*, 2010, 15, p. 71-97.

KLEIN, R.; FONTANILVE, N. (2009). Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009.

Curso 4

MATUS, C. (1991). O Plano como Aposta. In: *São Paulo em Perspectiva*, 5 (4), p. 28-42, out/dez. 1991.

RAPHAEL, H. L. (1994). *Avaliação*: questão técnica ou política?

SOUZA MINAYO, M. C. (2005). *Avaliação por triangulação de métodos*: abordagem de programas sociais (Cap. 1).